

**PROCESSO** - A. I. Nº 206948.0003/09-0  
**RECORRENTE** - A PROVIDORA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. (A PROVIDORA MÓVEIS)  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 2ª JJF nº 0195-02/10  
**ORIGEM** - INFAZ VAREJO  
**INTERNET** - 18/05/2011

#### 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACORDÃO CJF Nº 0097-11/11

**EMENTA:** ICMS. LIVROS FISCAIS. LIVRO LUDFTO. FALTA DE ANOTAÇÃO DE ALTERAÇÃO NO CÓDIGO DAS MERCADORIAS. MULTA. O autuado não discorda de ter efetuado alterações nos códigos dos produtos, contudo não apresenta o livro RUDFTO com as anotações das aludidas modificações, razão pela qual foi confirmada a infração, inclusive, com aplicação para cada código modificado, como determina expressamente o dispositivo legal da multa aplicada. Ficou demonstrado que, apenas 09 produtos e não 11 foram alvos das aludidas modificações. Reduzida a multa. Infração parcialmente subsistente. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

Cuidam os autos de Recurso Voluntário interposto em face do acórdão em referência que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração lavrado em 10/11/2009, para aplicar a penalidade pelo descumprimento de obrigação acessória, por deixar de anotar no livro RUDFTO a data de alteração do código de mercadoria ou serviço, ou o código anterior ou o novo código utilizado. Multa de R\$15.180,00;

A lide administrativa foi decidida pela instância de piso, mediante os fundamentos seguintes, *verbis* “:

*“O lançamento de ofício traz a imputação por descumprimento da obrigação acessória por deixar de anotar no RUDFTO a data de alteração do código de mercadoria ou serviço, ou o código anterior ou o novo código utilizado; Infração 02 – recolheu a menos o ICMS, em decorrência de desencontro entre o valor do imposto recolhido e o escriturado no Livro Registro de Apuração do ICMS.*

*Com fulcro no art. 147, inciso I, “a” e inciso II “a” e “b” do RPAF/99, indefiro a solicitação de diligência genericamente solicitada, pois os elementos existentes no processo são suficientes para a formação do convencimento dos julgadores, a prova do fato não depender do conhecimento especial de técnicos, além de não serem necessárias outras provas a serem produzidas.*

*Verifico que o autuante demonstra claramente que o autuado efetuou modificações nos códigos de apenas 09 produtos, por ele relacionados em sua informação fiscal, contudo, não efetuou as anotações das alterações no RUDFTO- Livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência - RUDFTO, obrigação acessória, cuja penalidade pelo seu descumprimento encontra-se prevista no art. 42, inciso XIII-A, alínea “e”, item 1, subitem 1.2, da Lei 7.014/96. O autuado não discorda de ter efetuado alterações nos códigos dos produtos, contudo não apresenta o livro RUDFTO com as anotações das aludidas modificações, razão pela qual considero confirmada a infração, inclusive, com aplicação para cada código modificado, como determina expressamente o dispositivo legal da multa aplicada. Infração subsistente.*

*Observe que o autuante, em sua informação fiscal, exclui corretamente da exigência dois produtos que incluiu indevidamente, ou seja, Mesa Capri Milena Retang 1,40x0x90 tipo vidro e Mesa Delmar 06 cads fracesa ref. 713 1,50x0,80 ret, cujos códigos não foram alterados, reduzindo, como destaca o próprio autuante, a multa aplicada para de R\$1.380 x 9 (produtos com códigos modificados) = R\$12.420,00. “*

Irresignado, o sujeito passivo às fls. 71/73 apresentou sucintas razões recursais nas quais reiterou os termos da impugnação de fls. 20 a 24, arguindo, essencialmente, que a autuação lastreou-se numa suposta divergência de códigos de mercadorias, por ter o autuante entendido que o contribuinte não anotou no RUDFTO quando procedeu à alteração do código da mercadoria ou aquele anteriormente utilizado ou o novo utilizado, e assim considerou infringido o art. 824, § 2º do RICMS/BA e por isso lhe impôs multa de R\$ 1.380,00 para cada código alterado.

Disse que, apenas em virtude dessa interpretação divergente não pode ser penalizado e que não há previsão legal para aplicação de multa quando o contribuinte agir em desacordo com a legislação.

Arrematou afirmando que, conforme o demonstrativo ali anexado, acompanhado de notas fiscais, que o fiscal pretendeu que fosse utilizado o mesmo código para produtos diferentes, citando alguns exemplos, como Mesa Capri cor Mogno e outra cor Marfim; e que assim NUNCA se justifica a imposição de uma multa absurda e ilegal, e que deve ser o auto infracional julgado improcedente.

Ouvida a d. PGE/PROFIS, esta se pronunciou às fls. 81/83 pelo Não Provimento do Recurso Voluntário apresentado.

## VOTO

Da análise cuidadosa do PAF, voltando a atenção, também, para os esclarecimentos prestados pelo autuante na informação fiscal de fls. 46/48, o contribuinte ao descumprir obrigação acessória prevista no art. 824 F do RICMS/BA, agiu prejudicando o serviço de fiscalização na medida em que dificultou ou trouxe transtorno, já que a auditoria é realizada eletronicamente, através do sistema integrado de dados, mediante o SAFIS, que é um programa específico da SEFAZ que demanda a descrição básica padronizada para cada produto e seus respectivos códigos.

Logo, tendo o recorrente agido em descompasso com a obrigação acessória que sobre si necessariamente recaia, não tendo procedido ao registro no RUDFTO quando fez a alteração do código dos produtos, veio a ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 42, inciso XIII-A, alínea “e”, item 1, subitem 1.2, da Lei nº 7.014/96, como pontuado corretamente pela JJF.

A autuação, portanto, decorreu dessa inação por parte do sujeito passivo que não realizou um dever instrumental, situação esta que o sujeito passivo não discordou, apenas entende não haver previsão legal para imposição dessa multa, afirmativa que não merece acolhida, posto que alheia à legislação tributária do Estado da Bahia.

Observe, ainda, do relatório contido na Decisão recorrida, que o autuante após a impugnação feita pelo contribuinte, cuidou de excluir dois produtos que havia incluído indevidamente, cujos códigos não foram alterados, vindo a reduzir a multa imposta para de R\$1.380 x 9 (produtos com códigos modificados) = R\$12.420,00.

A infração é, destarte, subsistente e, por isso, deve ser mantida a Decisão de primeiro grau, pois escoreita.

Do exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARATE** o Auto de Infração nº **206948.0003/09-0**, lavrado contra **A PROVIDORA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. (A PROVIDORA MÓVEIS)**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$12.420,00**, prevista no art. 42, inciso XIII-A, alínea “e”, item 1, subitem 1.2, da Lei nº 7.014/96, com os acréscimos moratórios, conforme estabelece a Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de abril de 2011.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA – PRESIDENTE

ALESSANDRA BRANDÃO BARBOSA – RELATORA

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO-SÉ – REPR. DA /PGE/PROFIS